



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2026.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e nove minutos, na Sala de Reuniões Joaquim de Deus Nunes, da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu/RS, realizou-se Audiência Pública promovida pela Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Planejamento, Fiscalização, Controle, Tributação, Agricultura, Pecuária, Cooperativas e Serviços Públicos – CFIN, destinada à avaliação das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2026, conforme Edital nº 08/2026. A audiência foi presidida pelo vereador Rubens Angelim de Vargas, presidente da comissão. Compuseram a mesa o vereador Rubens Angelim de Vargas, o Secretário Municipal da Fazenda, Orçamento, Controle, Gestão Tributária e Fiscal, Fábio Prestes Vergara, a contadora Josiane Joanol Garcia e os vereadores Jardel Oliveira e Ritiéli Sampaio. Também estiveram presentes no plenário o presidente da Câmara Municipal, Carlos Eduardo Martins, os vereadores Diego Wolter, Paulo Bauer e a vereadora Maica Tainara Soares Ferreira. Aberta a audiência, foi realizada a leitura do Edital nº 08/2026, que tornou pública a realização da audiência para avaliação das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2026. Na sequência, o presidente passou a palavra ao Secretário Municipal da Fazenda, Fábio Prestes Vergara, que apresentou os dados fiscais do período, destacando que as receitas municipais vêm apresentando comportamento satisfatório, embora abaixo das expectativas inicialmente previstas. Informou que a arrecadação mantém tendência de crescimento, porém inferior à registrada em anos anteriores, ressaltando a necessidade de controle das despesas e de boa gestão financeira. O secretário também abordou os índices constitucionais da educação e da saúde, destacando que os investimentos em saúde seguem acima do mínimo constitucional, alcançando percentual superior ao previsto inicialmente no orçamento. Em relação à folha de pagamento, manifestou preocupação com o aumento do índice de pessoal, especialmente em razão da aplicação da Lei Federal nº 226/2026, que determinou pagamentos retroativos a servidores, impactando significativamente as despesas do município e elevando o índice acima do limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Na sequência, fez uso da palavra o vereador Jardel Oliveira, que reconheceu o trabalho desenvolvido pela Secretaria da Fazenda e destacou a responsabilidade da equipe técnica diante das dificuldades enfrentadas pelos municípios em razão de medidas adotadas em âmbito federal. Posteriormente, o vereador Ritiéli Sampaio manifestou-se acerca das cobranças tributárias e notificações

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

encaminhadas aos contribuintes, solicitando esclarecimentos sobre situações envolvendo dívidas antigas e cobranças judiciais. Em resposta, o secretário Fábio Prestes Vergara explicou que a Secretaria da Fazenda vem promovendo ações de regularização fiscal e notificações prévias aos contribuintes, buscando evitar execuções judiciais e restrições futuras, destacando as dificuldades enfrentadas em razão da falta de pessoal e da necessidade de atualização dos cadastros e procedimentos administrativos. Em seguida, o vereador Paulo Bauer questionou sobre o acompanhamento do limite prudencial relativo à folha de pagamento e sobre as projeções de receitas e despesas para os próximos meses. O secretário esclareceu que o aumento do índice decorreu de fatores extraordinários, como a perda de receitas provenientes do encerramento do pedágio e da redução na arrecadação do imposto de renda retido na fonte, além dos impactos da legislação federal relativa aos servidores públicos. Informou ainda que o Executivo Municipal deverá adotar medidas para adequação do índice aos limites legais. Na continuidade, o presidente da comissão, vereador Rubens Angelim de Vargas, questionou sobre a possibilidade de realização de novo programa de regularização fiscal – REFIS – e sobre os impactos financeiros decorrentes das Requisições de Pequeno Valor – RPVs. O secretário explicou que há restrições apontadas pelos órgãos de controle quanto à realização frequente de programas de refinanciamento fiscal, embora reconheça a existência de dificuldades enfrentadas pelos contribuintes. Quanto às RPVs, informou que o município vem realizando pagamentos mensais elevados para evitar bloqueios judiciais, destacando preocupação com o aumento das despesas previstas para os próximos exercícios financeiros. Por fim, o secretário Fábio Prestes Vergara realizou suas considerações finais, agradecendo à equipe da Secretaria da Fazenda, aos vereadores e aos presentes, colocando a secretaria à disposição para esclarecimentos à comunidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente Rubens Angelim de Vargas declarou encerrada a audiência pública às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata.

RUBENS ANGELIN DE VARGAS
Presidente da CFIN

DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D6FC-0FFD-D291-DF7F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RUBENS ANGELIN DE VARGAS (CPF 350.XXX.XXX-04) em 28/05/2026 13:48:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/D6FC-0FFD-D291-DF7F>